

ATA 259ª REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO GESTOR **APA CAPIVARI-MONOS**

Data: 07 de outubro de 2026 Quarta-feira

Horário: das 10:00h às 13:00h Presencial.

Local: CAE Sul – Casa de Agricultura Ecológica

Endereço: Estr. Ecoturística de Parelheiros, 5252 - Jardim dos Alamos, São Paulo - SP, 04883-025

CREDENCIAMENTO DOS PARTICIPANTES

O registro fotográfico dessa reunião encontra-se anexado a este documento, no Anexo I, assim como orienta a Portaria Municipal nº 049/SVMA.G-AJ/2020 e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Gestor APA-CM – Gestão 2025-2027.

A ATA anterior, da reunião ordinária da APA Capivari-Monos, foi aprovada através do envio de e-mail para os conselheiros.

Pautas:

- I. CT Turismo - Mirante da Cratera – ACOPOLO / Caminho Marcha da Fé
- II. CT Turismo - CPL AMTECI Rural
- III. Ações da Gestão
- IV. DUPs
- IV. Audiência Pública – Oleoduto Petrobras
- V. CT Socioambiental - SEI Estradas Rurais – Parceria SMDet
- VI. CT Defesa e Valorização Ambiental - SEI Base Evangelista de Souza – Resposta
- VII. CT Defesa e Valorização Ambiental - Mapeamento com drones em pontos críticos
- IX. CT Socioambiental - Apresentação Universidade Cruzeiro do Sul / SOS Marsilac
- X. Manifestação Técnica - Sítio Alegria
- XI. CT Socioambiental - Apresentação SABESP – Saneamento Rural / Regularização Fundiária
- XII. Encaminhamentos

CT Turismo - Mirante da Cratera – ACOPOLO / Caminho Marcha da Fé

O conselheiro Bruno Frões, coordenador da Câmara Técnica de Turismo e representante da ACOPOLO, apresentou atualização sobre o projeto do Mirante da Cratera do Colônia.

Foi informado que foi estabelecida parceria com a Associação de Moradores do Vargem Grande (ACHAVE) para melhoria da infraestrutura do local e sua consolidação como ponto de observação turística e pedagógica da Cratera do Colônia.

O projeto foi contemplado pelo programa Semeando Negócios, com aproximadamente R\$ 30.000,00 destinados à aquisição de equipamentos para atividades turísticas.

Foi informado que a ACOPOLO também atuará como centro de distribuição dos equipamentos destinados aos contemplados do programa.

A previsão apresentada foi de que, após a finalização das consultorias e recebimento dos equipamentos, o local possa ampliar significativamente seu atendimento turístico, com expectativa de funcionamento pleno até o final de novembro.

Também foi apresentado o trabalho de produção de maquetes em impressão 3D da Cratera do Colônia, destinadas gratuitamente a organizações não governamentais e escolas públicas, como ferramenta pedagógica para divulgação do patrimônio científico e ambiental da região.

Foi informado ainda que está sendo produzido um segundo documentário sobre a Cratera do Colônia, com foco nas entrevistas e na memória dos moradores, tendo sido realizada arrecadação de recursos para sua produção.

Bruno Frões apresentou informações sobre a divulgação do Caminho Marcha da Fé, incluindo a participação em evento nacional relacionado ao setor de turismo.

Foi relatada a divulgação do Polo de Ecoturismo de Parelheiros e de seus empreendimentos para empresas e agentes de turismo, incluindo empresas nacionais e estrangeiras.

Foi destacada a Rota Peregrina Padre Gilberto Maria Defina, integrada às ações de divulgação turística do território.

Segundo o relato, a participação em eventos de turismo resultou em contatos de empresas nacionais e internacionais interessadas nos atrativos da região, sendo os interessados direcionados aos empreendimentos locais.

CT Turismo - CPL AMTECI Rural

Ricardo Rodrigues, da ADESAMPA, apresentou atualização sobre a Cadeia Produtiva Local – CPL, vinculada ao programa SP Produz.

Informou que o número de propriedades participantes aumentou de aproximadamente oito para 18 propriedades, representando mais que o dobro da quantidade inicial.

A proposta é preparar as propriedades para participação em edital previsto para novembro, visando à captação de recursos destinados à melhoria das condições de produção e atendimento dos empreendimentos rurais.

Foi destacado que os programas de fomento buscam fortalecer o turismo rural sustentável, a produção agroecológica e a permanência dos proprietários no território, contribuindo também para a preservação das características rurais e ambientais da região.

Também foi informado sobre edital específico para seleção de propriedades rurais interessadas em receber sistemas alternativos de tratamento de efluentes, sendo previstas dez propriedades em caráter piloto.

Ações da Gestão

Gestor Roberto Carlos apresentou um resumo das ações realizadas no período, incluindo reuniões com a SABESP, participação em reuniões de outros Conselhos Gestores, articulações com órgãos públicos e atividades relacionadas à conservação ambiental.

Foi destacada a participação da APA em discussões relacionadas à Represa Billings e a ações integradas envolvendo poder público e sociedade civil.

Também foi informado que a APA realizou atendimento e participação em atividades que alcançaram aproximadamente 140 pessoas no período.

Foi destacada ainda a importância da participação das lideranças e coletivos dos bairros rurais no Conselho Participativo da Subprefeitura de Parelheiros, especialmente considerando a existência de recursos destinados a investimentos no território.

DUPs

Roberto Carlos informou que existem áreas particulares inseridas em áreas de desapropriação de interesse público – DUPs, destinadas à eventual aquisição pelo Município.

Foi relatada a realização de reunião anterior no âmbito da APA Bororé-Colônia para apresentação do andamento dos processos de desapropriação e aquisição das áreas. Para a APA Capivari-Monos, foi informada a realização de reunião específica em novembro, em local ainda a ser definido.

A reunião terá como objetivo esclarecer a situação dos processos de DUPs existentes no território da APA, incluindo informações sobre andamento, disponibilidade de recursos, visitas às propriedades e demais providências adotadas pela Prefeitura.

Foi ressaltado que deverão ser convocados os proprietários inseridos nas áreas abrangidas, inclusive para esclarecer as possibilidades e os procedimentos relacionados à eventual venda das propriedades.

Audiência Pública – Oleoduto Petrobras

Roberto Carlos informou sobre o projeto de implantação do oleoduto da Petrobras e as discussões realizadas pelos Conselhos e órgãos envolvidos. Foi relatado que houve tentativa de reunião com a Petrobras, posteriormente cancelada por pedido da Petrobras.

Bruno Oda, secretário da APA, apresentou informações gerais sobre o empreendimento, com base na documentação disponibilizada pela Petrobras, destacando que o projeto possui aproximadamente 142 km e prevê implantação até 2030.

Foram apresentadas preocupações relacionadas aos impactos ambientais, especialmente sobre vegetação, água, fauna, solo e possibilidade de acidentes envolvendo vazamento de óleo bruto. Também foram mencionados impactos relacionados à fragmentação da vegetação e à interferência em Unidades de Conservação e respectivas zonas de amortecimento.

Foi ressaltada a necessidade de que a população e os Conselhos tenham conhecimento do projeto antes da Audiência Pública prevista para 19 de novembro, permitindo que as manifestações sejam qualificadas e fundamentadas.

A Gestão orientou que, durante a audiência, sejam apresentadas perguntas objetivas, que os questionamentos sejam registrados em ata e que sejam solicitadas respostas técnicas e dados mensuráveis, especialmente quanto aos impactos econômicos, ambientais e sociais. Também foi destacada a importância de acompanhar eventuais alterações do projeto e manter a população informada sobre o traçado e os impactos previstos.

Foi informado que será realizada reunião de esclarecimento para os Conselhos e moradores antes da audiência pública, com participação de especialistas e técnicos e apresentação de informações mais detalhadas sobre o traçado e os impactos do empreendimento.

CT Socioambiental - SEI Estradas Rurais – Parceria SMDet

Bruno Oda informa que estão sendo realizadas articulações com a Coordenadoria de Agricultura da SMDet/SMDE, visando inserir o Município de São Paulo em programas estaduais e federais voltados às estradas rurais.

Entre os programas mencionados estão o Melhor Caminho, do Governo do Estado, e o PRONER, de âmbito federal, além da possibilidade de utilização de recursos do FUNDURB. Foi destacado que o FUNDURB já foi utilizado anteriormente em intervenções no território. Foi ressaltada a necessidade de elaboração de projetos, levantamento dos custos e definição das intervenções necessárias para que os recursos possam ser pleiteados.

Também foi destacado que a manutenção de estradas rurais deve considerar técnicas adequadas às características dessas vias, especialmente quanto à drenagem e à conservação do leito natural.

CT Defesa e Valorização Ambiental - SEI Base Evangelista de Souza – Resposta

Bruno Oda apresenta a situação do processo referente à Base Evangelista de Souza, especialmente quanto à possibilidade de reativação da estrutura para apoio à fiscalização e segurança no território.

Foi informado que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e a Guarda Civil Metropolitana apresentaram condicionantes relacionadas à estrutura física do imóvel, logística e disponibilidade de efetivo. A SMSU e a GCM esclareceram que o local necessita de reforma e de estrutura adequada para receber o efetivo, incluindo condições de alojamento, transporte e funcionamento operacional. Também foi informado que existe previsão de ingresso de novos guardas, mas que, naquele momento, ainda não havia efetivo disponível para implantação imediata da base.

A Gestão destacou a importância da estrutura para a proteção do território, especialmente diante de situações de ocupação irregular, invasões, grilagem e outras ocorrências. Foi discutida a possibilidade de utilização de recursos do FEMA para viabilizar a reforma da estrutura.

Como encaminhamento, foi indicada a realização de consultas internas para verificar a possibilidade de captação dos recursos necessários, com posterior discussão no Conselho.

CT Defesa e Valorização Ambiental - Mapeamento com drones em pontos críticos

Ricardo da Silva, da GCM Ambiental, informou a possibilidade de ampliar o uso de drones para fiscalização ambiental, especialmente em pontos críticos do território. Foi explicado que o drone permite atuação mais rápida e pontual, possibilitando registros aéreos e identificação de situações que demandem fiscalização.

Também foi ressaltada a necessidade de observância das normas e autorizações relacionadas ao uso do espaço aéreo. O equipamento não deve ser operado de forma indiscriminada, sendo necessário cumprir os procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes.

Foi informado que a Guarda Ambiental está buscando ampliar a disponibilidade de equipamentos e que a utilização dos drones poderá contribuir para ações de fiscalização e resposta a situações de flagrante ambiental.

CT Socioambiental - Apresentação Universidade Cruzeiro do Sul / SOS Marsilac

A estudante Lili, do curso de Direito da Universidade Cruzeiro do Sul, explicou que o trabalho faz parte de um itinerário extensionista desenvolvido pela universidade, voltado à identificação de problemas sociais e socioambientais e à busca de soluções junto às comunidades.

O projeto, denominado “Caminhos Interrompidos”, teve como foco inicial as condições das estradas rurais e as dificuldades de acesso enfrentadas pelos moradores, especialmente em períodos de chuva. Foram realizadas pesquisas de campo, registros fotográficos e levantamento das demandas da população.

Foi informado que os estudantes elaboraram documentação e encaminharam denúncia ao Ministério Público, buscando chamar atenção para as condições das estradas.

A estudante Rafaela informou que, após as iniciativas realizadas, alguns trechos receberam intervenções, como colocação de pedregulho, nivelamento e utilização de máquinas, embora os problemas ainda persistam em diversos pontos.

Também foram apresentados trabalhos relacionados à Cachoeira São Manuel, especialmente quanto à presença de resíduos e descarte inadequado de materiais. A equipe informou que, em parceria com a Gestão da APA, foi encaminhado ofício à Subprefeitura solicitando ações de limpeza, inclusive por meio do programa Limpa Brasil.

Foi destacada a necessidade de uma atuação permanente, não apenas por meio de mutirões de limpeza, mas também mediante organização da visitação, instalação de placas, lixeiras e orientação aos usuários.

A Universidade também informou estar apoiando a reestruturação da Associação SOS Marsilac, incluindo atualização do estatuto, organização interna e identidade visual, com o objetivo de fortalecer a representação da comunidade perante o poder público.

Manifestação Técnica - Sítio Alegria

Roberto Carlos faz apresentação de um projeto de um morador do território que tem como objetivo a captação de águas pluviais para uso doméstico em banheiros e torneiras, com a possibilidade de usar o reservatório dessa água como um biolago.

Roberto Carlos informa que o projeto será enviado aos conselheiros para eles serem notificados e realizar aprovação do projeto dentro da APA.

CT Socioambiental - Apresentação SABESP – Saneamento Rural / Regularização Fundiária

Roberto Carlos iniciou o tema destacando a importância da universalização do saneamento no território rural e apresentou os representantes da SABESP e da área da Saúde presentes na reunião.

Na sequência, Carlos Menuchi, representante da SABESP, apresentou informações sobre o programa de saneamento rural, explicando que a empresa está realizando o Censo Rural, com o objetivo de identificar os imóveis, formas de abastecimento de água, soluções existentes para esgotamento sanitário e as necessidades de atendimento.

Carlos Menuchi explicou que o levantamento utiliza informações do IBGE e realiza entrevistas específicas sobre saneamento, buscando identificar as condições de cada domicílio. Informou ainda que o planejamento posterior considerará soluções individualizadas ou coletivas, conforme as características de cada localidade.

Foi informado que o programa está sendo realizado em diversos municípios e que o levantamento servirá de base para o planejamento, elaboração dos projetos e posterior execução das obras de saneamento. A SABESP esclareceu também que, nas áreas rurais, a adesão ao serviço da empresa é facultativa, sendo que os imóveis que não aderirem permanecem sob responsabilidade do Município quanto à regulação e demais atribuições pertinentes.

Carlos Menuchi esclareceu que, quando houver adesão ao sistema da SABESP, a infraestrutura implantada pela empresa será de responsabilidade da própria SABESP quanto à operação e manutenção, cabendo ao usuário o pagamento das tarifas correspondentes aos serviços prestados.

Também foi abordada a situação do Sítio Santa Padroeira, objeto de ação do Ministério Público, sendo informado que o local recebeu atenção prioritária, sem prejuízo da realização do Censo Rural e do planejamento de atendimento para as demais áreas do território.

A representante da Saúde, Maria, apresentou considerações sobre as características específicas da população rural, destacando as dificuldades enfrentadas por moradores idosos e isolados e a necessidade de que as soluções de saneamento considerem as particularidades sociais, econômicas e territoriais da região.

Maria também relatou preocupações relacionadas à compreensão das informações prestadas durante o Censo Rural, bem como aos custos dos serviços, à realidade das famílias de baixa renda e às características das propriedades rurais. Defendeu que a implantação das soluções seja realizada de maneira adequada à realidade local, evitando a simples reprodução de modelos urbanos.

Moradores do território manifestaram preocupação e apresentaram suas experiências e expectativas em relação ao saneamento e à regularização fundiária.

Um dos moradores, Vanderlei, relatou que uma das principais expectativas da comunidade em relação ao processo é a possibilidade de obtenção de endereço e CEP, destacando que muitos moradores atualmente não possuem endereço formalizado. Ressaltou que a regularização poderá representar uma importante melhoria para a população, inclusive para o recebimento de correspondências e encomendas e para o reconhecimento formal dos imóveis.

O morador também destacou a dificuldade enfrentada por pessoas que possuem apenas documentos particulares, recibos ou contratos antigos, sem a correspondente matrícula individualizada do imóvel, manifestando preocupação quanto à segurança jurídica das propriedades e à necessidade de regularização adequada.

Outro morador, Sérgio, apresentou manifestação sobre a questão do abastecimento de água. Relatou que diversos moradores da região já possuem sistemas próprios de abastecimento, incluindo poços e outras formas de captação, e demonstrou preocupação quanto à possibilidade de substituição desses sistemas pelo abastecimento da SABESP.

Sérgio ressaltou ainda que considera a região uma importante produtora de água e defendeu que as ações de saneamento sejam compatibilizadas com a preservação ambiental e com a realidade das propriedades rurais. Manifestou preocupação quanto à possibilidade de

fechamento ou restrição de poços utilizados pelos moradores e destacou a importância de considerar as soluções já existentes no território. Também foi ressaltada a necessidade de que eventual implantação de redes de abastecimento e esgotamento sanitário considere as especificidades das áreas de proteção ambiental e as condições de cada propriedade.

Em resposta às manifestações, foi esclarecido que o objetivo do levantamento da SABESP é justamente conhecer a realidade existente no território e identificar as soluções adequadas, não sendo apresentada, naquele momento, determinação geral de substituição imediata dos sistemas individuais existentes.

Foi destacado, ainda, que nem todos os moradores possuem as mesmas condições de infraestrutura, sendo que algumas propriedades apresentam soluções próprias de abastecimento, enquanto outras necessitam de alternativas de saneamento, inclusive havendo moradores que manifestaram interesse prioritário no atendimento de esgotamento sanitário.

Os moradores também defenderam que as discussões e decisões sobre saneamento e regularização fundiária sejam realizadas de forma mais próxima da população, com presença dos órgãos públicos diretamente nas comunidades, considerando que a distância e as dificuldades de deslocamento acabam limitando a participação dos moradores.

Foi enfatizada a importância de estabelecer um diálogo permanente entre SABESP, Prefeitura, Secretaria Municipal de Habitação, Gestão da APA, Secretaria da Saúde e moradores, de modo que as soluções sejam construídas considerando as demandas efetivamente identificadas no território.

A equipe responsável pela regularização fundiária esclareceu que o trabalho envolve diagnóstico da situação dos núcleos, avaliação dos requisitos legais e urbanísticos e articulação com os órgãos responsáveis pela infraestrutura, incluindo a SABESP, sendo necessária a definição das condições de saneamento e demais infraestruturas para o avanço do processo de regularização.

Foi informado também que, nos casos enquadrados nos critérios da regularização de interesse social, os procedimentos de regularização e emissão das matrículas poderão ser custeados pelo poder público, observados os requisitos legais aplicáveis.

Ao final da discussão, os participantes destacaram que a regularização fundiária poderá representar importante avanço para a comunidade, especialmente pela possibilidade de conferir segurança jurídica aos moradores, formalização dos endereços e melhoria do acesso aos serviços públicos, devendo, entretanto, ser conduzida de forma articulada com as questões ambientais e de saneamento.

Encaminhamentos

Ao final da reunião, ficaram registrados os seguintes encaminhamentos:

Dar continuidade às tratativas com a SABESP sobre o saneamento rural e o levantamento das propriedades da APA Capivari-Monos. Promover maior integração entre SABESP, Secretaria Municipal da Saúde, Secretaria Municipal de Habitação, Gestão da APA e moradores. Buscar a

realização de reuniões sobre saneamento diretamente no território, facilitando a participação dos moradores.

Considerar, no planejamento do saneamento, as soluções individuais já existentes nas propriedades, especialmente poços e sistemas próprios de abastecimento. Avançar nas discussões sobre soluções de esgotamento sanitário, considerando as diferentes condições existentes entre as propriedades.

Dar continuidade às ações de regularização fundiária, articulando-as com a definição da infraestrutura necessária. Considerar, no processo de regularização, as demandas apresentadas pelos moradores quanto à formalização de endereços, CEPs, matrículas e segurança jurídica.

Manter a articulação com a SMDet para elaboração de projetos e busca de recursos destinados à manutenção e recuperação das estradas rurais.

Dar continuidade ao levantamento e recuperação da sinalização da APA.

Prosseguir com a avaliação da Base Evangelista de Souza e das alternativas para fiscalização e monitoramento, incluindo o uso de drones.

Dar continuidade aos projetos turísticos apresentados pela Câmara Técnica de Turismo.

Apoiar o desenvolvimento da CPL AMTECI Rural e a participação das propriedades nos programas de fomento.

Organizar reunião preparatória sobre o oleoduto Petrobras, com participação dos Conselhos, moradores e demais instituições interessadas. Divulgar e mobilizar a comunidade para a Audiência Pública do oleoduto, prevista para 19 de novembro de 2026.

Organizar a reunião em novembro sobre as DUPs, garantindo ampla divulgação aos proprietários afetados.

Manter os conselheiros e moradores informados sobre os desdobramentos dos encaminhamentos.

Anexo I – Foto













